

## Dia internacional da mulher: Um mesmo novo dia para lutar contra velhos obstáculos

Existem momentos, fatos, acontecimentos que são mais sentidos não por se apresentarem sutis ou escancarados, não pela barbárie, não pelo silêncio que grita. São mais sentidos porque alguém nasceu mulher. E esse aspecto, que deveria ser só um mero detalhe genético, torne-se luta permanente que é lembrada, desde o final do século XIX, todo dia 8 de março. Mais do que vangloriar feitos importantíssimos e essenciais de mulheres fortes que antecederam outras também fundamentais, possibilitando avanços antes nem imaginados, precisamos ter em mente que há muito ainda a se fazer. Apesar de, no Brasil, as mulheres terem conquistado mecanismos como a Lei 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha, dados insistem em apontar que todos os dias, no

Brasil, uma denúncia de violência contra a mulher é feita a cada sete minutos. Esse dado é mais que suficiente para nos provar que a luta contra velhos obstáculos que insistem em atormentar mulheres aqui, ou em toda parte, não pode cessar nem por um minuto.

Se a violência é um dos aspectos mais assustadores desse caminho em busca de avanços e direitos iguais, outros tantos obstáculos seguem sendo impostos à mulher diuturnamente. A insistente jornada para provar que a mulher é capaz de ser produtiva, competitiva, ainda que e apesar da árdua tarefa de gerar e criar outros seres para encarar esse mundo. Mulheres são postas a prova todos os dias. Crescem aprendendo a seguir um determinado comportamento para não

serem subjugadas. Mas não há comportamento adequado apenas para a mulher. Há um comportamento adequado a absolutamente todos que vivem em sociedade e que deveriam adotá-lo de forma indistinta a todos os demais seres que se movem ou não nessa terra.

Para a Condsef/Fenadsef, é preciso não se intimidar. Os desafios são grandes, mas quanto maior for nossa capacidade de resistência maiores serão as chances de consolidarmos uma sociedade mais justa e igualitária, livre de mecanismos que favoreçam a discriminação de gênero, a exclusão e a subordinação”. Assim caminharemos, todos, para dias melhores, mais justos onde todos os minutos compreendidos nas horas do dia sejam gastos com liberdade e igualdade de direitos.

## Mais de 40% dos brasileiros estão no SPC porque não conseguiram pagar as contas

Com contas atrasadas e registrados nos cadastros de devedores, 40,5% dos brasileiros com idade entre 18 e 95 anos – cerca de 61,7 milhões de pessoas - estão com o CPF restrito e não podem parcelar compras nem fazer empréstimos. Na linguagem popular, estão com o 'nome sujo'.

40% do total de inadimplentes, 26,7 milhões de pessoas, são da Região Sudeste. Até dezembro de 2017, a legislação do estado de São Paulo impedia o envio de carta com Aviso de Recebimento (AR)

como requisito para negativação dos nomes, o que dificultava a inclusão de novos registros. O que explicaria o percentual mais alto na Região Sudeste.

A segunda região com maior número absoluto de devedores é o Nordeste, com 16,49 milhões de negativados, ou 41% da população. Em seguida, aparece o Sul, com 8,10 milhões de inadimplentes, 36% da população adulta.

Os dados são Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Diri-

gentes Lojistas (CNDL), que registraram um aumento de 2,71% no volume de inadimplentes em fevereiro deste ano em comparação ao mesmo mês do ano passado. Em relação a janeiro, o aumento foi de 0,55%.

“A estimativa reflete o quadro de dificuldades econômicas que as famílias ainda enfrentam, com o alto nível de desemprego e a renda ainda comprimida”, diz o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro.

Escrito por: Marize Muniz

## Menos médicos especializados, mais planos de saúde

Que a gestão do ilegítimo e golpista Michael Temer (MDB-SP) não é pública nem social o mundo inteiro sabe. O que talvez muitos ainda não tenham se dado conta é que o sinal que passa a vigorar na política pública brasileira nesse momento é o da mercantilização. E a saúde foi uma das primeiras a sofrer o baque do golpe de Estado de 2016 já na nomeação dos ministros das pastas responsáveis pelo Programa Mais Médicos. Tanto na Saúde quando na Educação, a missão dos seus respectivos representantes é atender às expectativas dos empresários, ou seja, do setor privado.

Criado em 2013 por meio da lei 12.871/13 para suprir o Brasil de profissionais formados em atenção básica à saúde, até 2015 o programa atingiu o pico de 18.240 médicos que atuavam em mais de quatro mil municípios e atendia 63 milhões de brasileiros que passaram a ter um profissional especializado na área da saúde da família perto de casa, sendo atendidos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) equipada.

Hoje, esse número oscila entre 16.500 e 17.00. A incerteza é resultado da falta de transparência dos órgãos responsáveis que não publicam mais esta informação. A única certeza é a de que o Mais Médicos vem sendo silenciosamente desmontado. E os números mostram isso: nos dois primeiros anos de Programa, o governo Dilma Rousseff investiu R\$ 15,8 bilhões. Para este ano, foram destinados R\$ 3,3 bilhões, praticamente o mesmo valor do ano passado.

Porém, a mudança sutil e mais significativa da política social não é na quantidade de profissionais atuando e sim na formação e qualificação do atendimento, conforme explicou ao Portal CUT o médico doutorando responsável pelo Programa entre os anos de 2014 a 2016, Héider Pinto.

Ele contou que quando Ricardo Barros tomou posse como ministro da Saúde, assumiu compromisso com parte da corporação médica de desmontar o programa.

Segundo Héider, o ministro indicado por Temer fez promessas mais vazias, genéricas para tentar prestar conta a esse grupo político **“Foi quando decidiu reduzir os médicos cubanos e não substituir por brasileiros”**, lembrou o ex-coordenador do programa.

Para o especialista, esse foi o primeiro grande desfalque à política pública.

Ele explica que foi por meio de brechas na lei e flexibilização de regras que os golpistas desmontaram a parte mais estruturante do programa que é a da formação médica. A meta do Mais Médicos era de, até 2026 ter no Brasil 2.7 profissionais da medicina por mil habitantes. Antes de ser lançado o país contava com 1.8 e hoje atingiu a marca de 2.0.

De acordo com Héider, isso ocorreu basicamente porque não é interessante às entidades médicas o governo federal **planejar e fomentar essa formação. “O que os dois ministros [da saúde e educação] disseram para esse grupo corporativo foi o seguinte: o Estado vai sair da regulação e do planejamento da formação de especialistas e vocês [mercado] fazem a formação dos médicos como bem entenderem e com os critérios que saírem da cabeça de vocês”**. Balcão de negócios

Conforme proposta apresentada em documento intitulado Uma Ponte para o Futuro, um dos objetivos do MDB, partido que tomou de assalto a presidência da República, é **“gerar oportunidades de negócios nas áreas de atuação do setor público”**. E assim está sendo feito na área da saúde!

É importante registrar que a emenda Constitucional 95 que congelou em 20 anos os investimentos públicos inviabiliza a continuidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Consequentemente impossibilitará o prosseguimento do MM, que só tem sentido de existir a partir de políticas que fortaleçam o SUS.

Os especialistas ouvidos na reportagem afirmam que o sistema não se sustenta por mais de três anos. E, a partir do sucateamento provocado por essa agenda reformista, negócios lucrativos estão pipocando Brasil afora.

O médico de família e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Felipe Proença, contou que o incentivo que o governo tem dado para o aumento de planos populares vão na contramão de ter uma atenção pública e um sistema universal de saúde.

E com a crise política, econômica e social que abarca o país, hoje já é frequente **aparecer nas UBS's trabalhadores que não conseguem mais pagar um plano privado, ou perderam o plano empresarial devido ao desemprego, e recorrem ao SUS que já não tem mais capacidade de receber tantas demandas devido a essa estagnação nos investimentos públicos.**

Conforme ilustrou o especialista, o PIB percentual de recursos privados na **saúde é maior que o público, “então o Brasil vem cronicamente em uma situação de sub-financiamento da saúde pública e universal e, à medida que as pessoas começam a procurar mais ainda o SUS, o que é um direito, tendem a ter menos acesso ainda com essa falta de incentivos.”**

Proença disse, ainda, que o perigo do aumento desses chamados planos populares é a superficialidade do produto oferecido. **“Vai ser feito de tudo para restringir o acesso a exames e a um atendimento integral porque esse tipo de plano precisa ser rentável, não é o objetivo deles garantir a saúde das pessoas”, alertou.**

Para ele, essa é uma opção de segunda qualidade, com consultas teoricamente baratas – entre R\$ 40,00 a R\$ 80,00 dependendo da região do país – que acabam ficando caras porque não possibilitam todos os procedimentos médicos, obrigando as pessoas a pagarem cada vez mais para cuidar da saúde.

Por isso, a formação médica, que busca trazer outro olhar sobre a medicina, é fundamental para a continuidade do Programa Mais Médicos, explicou o professor universitário.

Daí que veio a necessidade emergencial de se trazer médicos especializados em saúde da família e comunidade de outros países, especialmente Cuba, para atender essa lacuna na formação dos médicos brasileiros.

**Escrito por: CUT Nacional**